

Há algo de podre na Escola Politécnica da USP...

Parafraseamos a famosa frase de William Shakespeare na peça Hamlet, para dizer que as coisas na Poli não vão bem. A escola se propõe a formar engenheiros e líderes. Mas que tipo de líderes estão forjando lá dentro? Demissão em tempos de falta de funcionários e transferências arbitrárias demonstram que no berço do ex-reitor Vahan Vagopyan – de onde também há aspirantes a reitor – o autoritarismo e o assédio moral imperam e contaminam as relações de trabalho e de convívio. E, se cavarmos mais embaixo, tais posturas

estão bastante alinhadas com os projetos privatistas que se espalham pelos laboratórios e projetos da unidade.

A gestão do Prof. Reinaldo Giudici precisa explicar que tipo de relações de trabalho pretende manter, dado o grau de autoritarismo que se demonstrou nas últimas medidas que a unidade tomou. Não adianta colar os cartazes coloridos da Prip pelos prédios que eles não resolvem problemas como etarismo e assédio moral. Isso é política de gestão!

Assédio moral e etarismo que termina em demissão da vítima. Até quando?

Nós do sindicato fomos pegos de surpresa com a notícia de que um funcionário de 58 anos, aprovado no último concurso, foi demitido da Poli no período de experiência, mesmo com seus colegas, que efetivamente trabalham e dividem o cotidiano do serviço, se levantando em defesa do companheiro contra a demissão arbitrária.

O último concurso, feito pela fuvest, não foi nada fácil dado o nível de preparo que exigiu dos candidatos a técnico para assuntos administrativos. A nova lei de licitações, gestão de administração pública entre outros conteúdos, foram exigidos dos candidatos. Talvez tenha faltado ali perguntas que medisse a capacidade dos candidatos de como engolir sapos, lidar com assédio moral e talvez, até ter que fazer ignorar avanços da privatização que colocam em risco a universidade pública.

Depois de passar pela prova difícil e ser convocado, o candidato descobre que o mais difícil mesmo é tolerar o assédio moral. Nos seus primeiros dias escuta da chefia “Mandaram um velho para cá, o que vou fazer com isso?”. Ao que parece, o tempo não corre na Poli e pessoas com seus 58 anos já são velhas e que, embora aprovadas no concurso, para algumas assistentes e chefes ser velho é ser incapaz de entregar um bom trabalho. Poderia ser na novela das 21 horas, Vale Tudo, mas é na Poli, é na USP. Aqui o Vale Tudo dos de cima atropelam e destrói a vida dos de baixo.

Mas isso não foi tudo. A orientação em relação ao banco de horas e o ritmo do serviço de graduação, que deve atender ao calendário sazonal, fez com que o setor tivesse que trabalhar mais nos dias de maior demanda. O banco de horas e o Acordo Coletivo de Trabalho, permitem ao funcionário que trabalhou mais horas num dia, que possa descontar essas horas nos dias seguintes. Permite também que o funcionário tenha certa flexibilidade de entrada e de saída e acumular ou dever até 60 horas no banco de horas. Mas, ao que parece, para obrigar o trabalhador a trabalhar mais a chefia sabe como funciona o banco de horas. Mas na hora do trabalhador poder tirar essas horas para ter um descanso de 8 horas

de sono, tendo que estar pronto no dia seguinte, o ACT não vale, ou não vale para todos.

A USP, no curso dado em São Pedro e no seu material didático define que assédio moral é:

“Qualquer conduta abusiva que resulte em situações humilhantes ou constrangedoras suscetíveis de causar sofrimento físico ou psicológico.” (p. 69 do material didático)

A perseguição constante ao trabalhador recém-admitido no Serviço de Graduação, o etarismo resultaram em profundo sofrimento. **Como vou chegar em casa e falar que fui demitido?** Foi a pergunta que fez com os olhos marejados. Não adianta colocar em materiais e não fazer valer tanto os princípios legais norteadores da gestão pública (legalidade, **impessoalidade**, moralidade, publicidade e eficiência) quanto as regras para **combate REAL e EFETIVO do assédio moral**.

Os colegas da Poli, e até de outra unidade, ligaram no sindicato e apresentaram a queixa defendendo aquele que como eles, trabalham arduamente para que a Poli tenha um serviço de excelência prestado aos estudantes dali. Ao apurarmos a questão descobrimos que a canetada que destruiu a vida de um trabalhador foi dada pelo diretor que declarou não ter lido o conteúdo das avaliações, da demissão e desse o direito ao contraditório, algo elementar. O direito de defesa vale para todos e precisa ser garantido, até por quem pode se considerar semi-deus ou intocável tamanho o poder que tem nas mãos. Vale para o diretor da Poli, vale para as assistentes Administrativa e Acadêmica e vale para a chefia do Serviço de Graduação. O cargo Assistentes e chefia, como a sra. Denise, não pode ser absoluto e acima de qualquer lei.

Arrancaram o sustento de uma pessoa, um ser humano com família para cuidar e que realizou seu trabalho de forma impecável. O funcionário em questão, mestrando da Unesp, chegou a abrir mão da bolsa de mestrado que recebia pela Capes, para ingressar na USP como servidor. As disputas internas, o medo de perder cargos de confiança, a competição entre chefias, isso tudo não pode determinar o destino de um trabalhador

que fez a sua parte, mas caiu no setor errado, porque ali há pessoas que consideram que 58 anos é ser velho e que ser velho é ser imprestável.

É preciso dar um basta no autoritarismo e no assédio moral que tem a cada dia adoecido mais e mais

companheiros. Exigimos a reversão imediata da demissão. Essa é a única forma de se comprometer de fato com o combate ao assédio moral e não cartazes coloridos enfeitando paredes.

POLI SANTOS: Trabalhador não é peça de mobília para se tirar do lugar e colocar em outro. É preciso Respeito!

Em 2012, o Curso de Engenharia do Petróleo foi criado em Santos para formar profissionais diante do potencial da exploração do pré-sal na região. Com o polo industrial de Cubatão, onde está a Refinaria Presidente Bernardes, e a infraestrutura portuária estratégica para o escoamento do petróleo, a instalação do curso fortaleceu o desenvolvimento local, trazendo impactos positivos em pesquisa, ensino e extensão por meio da USP.

Os funcionários da Poli abraçaram a ideia de iniciar esse novo projeto, mostrando disposição de começar uma vida nova e fincar raízes na região de Santos, pois a criação do curso exigia funcionários com a disposição de mudar de “mala e cuia” para a baixada santista, já que o projeto não era algo temporário e sim, definitivo. Os trabalhadores que toparam a empreitada assinaram um termo recusando qualquer adicional de transferência, justamente por se tratar de algo definitivo. Ajustaram sua rotina, suas vidas e suas relações pessoais.

Posteriormente, outros trabalhadores foram transferidos de outras unidades da USP para o campus de Santos. Em 2020, ano em que o curso de engenharia de Minas e Petróleo foi realocado na Capital, uma trabalhadora veio transferida de Bauru para a Poli Santos. Ou seja, ainda estava prevista a existência e manutenção do departamento na região. A turma de 2020 (que se formou em 2024) foi a última a ser formada em Santos.

A transferência do curso de graduação para a capital não significou a ausência de trabalho dos que ficaram. Todo o atendimento e resolução dos problemas cotidianos dos alunos continuou sendo feito pelas funcionárias do departamento. A pesquisa, o uso do laboratório e os projetos da Fapesp continuaram sendo tocados.

A Poli alega que em matéria publicada pelo UOL que ***“era difícil para o estudante se manter em um local em que só há um curso, pois se perdia a vivência acadêmica e cotidiana de interação com outros cursos e alunos, além de não poder usufruir dos espaços de vivência disponíveis no campus da capital”***.

Essa afirmação falaciosa é desmentida pelo jornal do Grêmio da Poli onde os estudantes questionam a transferência do curso alegando que a decisão administrativa de encerrar o curso e transferir as atividades, a USP desmonta não só uma estrutura de ensino, mas também toda uma rede de ações coletivas, de apoio estudantil e de extensão universitária essenciais para a formação cidadã e técnica, causando um enorme prejuízo afetando empregos, vínculos sociais e iniciativas voltadas à população local, como o cursinho popular.

A Poli também alegou problemas de infraestrutura: ***“A restauração para adequação seria inviável do ponto de vista orçamentário”***.

No entanto, o mesmo prédio foi reformado pela Poli em 2022, com elevadores comprados e toda a instalação elétrica sendo refeitas. Se era para devolver o prédio, por que a USP gastou mais de **3 MILHÕES de REAIS** com a reforma? (de acordo com a placa exposta no prédio o gasto inicial foi de R\$ 3.281.938,07 – Processo 2022.1.152.82.3 com obras iniciadas em 01/11/2022 e com término em 26.10.2023)

Mais ainda de baixa procura e alta evasão não convence a ninguém, pois o que existe de fato na USP é ausência de políticas consistentes de PERMANÊNCIA ESTUDANTIL que garanta aos alunos a assistência devida para poderem realizar seus estudos.

Mas o pior mesmo, a parte mais absurda e descarada é a alegação de que a Poli e a USP fizeram uma discussão com os funcionários sobre a mudança de local de trabalho. Quando uma parte (seu patrão) avisa que vai fazer algo e a outra não tem direito de recusar isso não é um debate, uma conversa, uma discussão. É uma imposição arbitrária que simplesmente trata a vida do funcionário como nada. Não se preocuparam com a saúde do trabalhador. Não se preocuparam em saber o impacto financeiro que a vinda diária para a capital vai causar no bolso de cada um ali. Não se preocuparam com o tempo que cada trabalhador vai gastar no traslado ao novo local de trabalho.

Simplesmente desejaram em ofício que cada um siga dando o seu melhor, quando a USP e a Poli se negam a dar o mínimo!

Sequer cogitaram propor que os trabalhadores pudessem ser transferidos para outras unidades que atuam ali na Baixada como o CEPMA da própria Poli e o Engenho São Jorge dos Erasmos da Pró-reitoria de Cultura e Extensão. Simplesmente tratam os trabalhadores como coisas e não perguntam, não buscam alternativas, nada.

Uma trabalhadora tem 40 anos de USP e é tratada dessa forma pela Poli. Quarenta anos para ser tratada como um móvel sem vontade e sem ideias que se muda de local ao bel prazer do seu dono? Porque na USP alguns chefes e diretores acham que são donos dos funcionários. Mas não são! Nós gritamos NÃO!

Chamamos todos os trabalhadores, docentes e estudantes que se indignam com essa situação para defenderem os trabalhadores da Poli Santos e o trabalhador demitido do serviço de graduação da Poli. É preciso dar um basta nessa sanha desenfreada de atropelar a tudo e a todos!

Mexeu com um, mexeu com todos!

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Prado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP, CEP:05508-070
Tel: (11)3091 4380/4381 – (11)3816-7932 / (11)2648-0589 email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br